



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006661-07.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Popular - Violação aos Princípios Administrativos**
 Requerente: **DALIANE MYRA BASSO e outros**
 Requerido: **INSTITUTO NOSSO RUMO e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Popular, com pedido liminar, proposta por Daliane Myra Basso, Rafaela Marchetti, Tais Cristina Fernandes Segundo Buchvieser e Tiago Henrique Klengel Biasotto Mendes, contra o Município de São Carlos e o Instituto Nosso Rumo, visando a anular concurso público (Edital 1/2014), para a contratação de profissionais da Educação, realizado pela municipalidade de São Carlos, sob o fundamento de que houve inúmeras irregularidades, que macularam o certame, dentre elas, a dispensa de licitação para a contratação da empresa requerida Instituto Nosso Rumo, bem como a participação e aprovação de membros integrantes da Comissão de Concurso.

Requerem, em sede liminar, a suspensão de quaisquer nomeações decorrentes do concurso impugnado, tornando-se sem efeito as já realizadas, bem como suspensão dos efeitos da atribuição de aulas, ocorrida em 01/07/2015.

Intimado a se manifestar sobre o pedido de liminar, no prazo de 72 horas, o Município de São Carlos (fls. 137/144) pugnou pelo seu indeferimento, alegando que a Comissão de Concurso, instalada pela Portaria 794, foi composta por Ana Maria Fonseca, Ariná Yumi Toso, Rita de Cássia Martins dos Santos Jordão e que os servidores Aline Fabiane da Silva e Benedito Inácio Bueno não fizeram parte da Comissão de Concurso, quando da expedição do edital, uma vez que foram, respectivamente, dela retirados, pelas Portarias 704 e 794. Afirmou, ainda, a regularidade da contratação do Instituto Nosso Rumo, com dispensa da licitação e trouxe aos autos os documentos de fls.146/376, bem como o contrato social do Instituto Nosso Rumo I (fls. 380/404).

A liminar foi indeferida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O Município apresentou contestação, alegando, preliminarmente, a necessidade de citação dos litisconsortes necessários, que seriam os aprovados e já nomeados. No mérito, reafirmou os argumentos contidos em sua manifestação sobre o indeferimento da liminar e reforçou que a Sra. Aline Fabiana da Silva foi retirada da comissão pela portaria 704 e o Sr. Benedito Inácio Bueno Rosa pela portaria 794, razão pela qual a esposa de Benedito não estaria impedida de participar do concurso.

O Instituto Novo Rumo apresentou contestação (fls. 1016), alegando que a contratação foi feita dentro dos ditames legais, tendo o serviço sido prestado segundo as diretrizes traçadas pelo Município, sendo a sua remuneração advinda exclusivamente das taxas de inscrição.

Sustenta que as provas foram por ele elaboradas, sem qualquer ingerência do Município ou de seus prepostos, respeitando-se os princípios constitucionais, bem como adotando-se todos os procedimentos de segurança, inexistindo qualquer dever de indenizar.

O requerido Paulo Altomani peticionou a fls. 1298, pugnando por sua exclusão do polo passivo.

O Ministério Público manifestou-se pela improcedência do pedido.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Não é o caso de litisconsórcio necessário, conforme entendimento do STJ, evidenciado em ementa colacionada pelo MP (fls. 2414).

O requerido Paulo Altomani é legitimado para figurar no polo passivo, pois era o Prefeito Municipal à época e se pleiteia condenação contra ele, de ressarcir valores desembolsados pelo erário, uma vez anulado o concurso.

No mais, o pedido não comporta acolhida.

Como já fundamentado, quando do indeferimento da liminar, os elementos constantes dos autos não são suficientes para demonstrar que houve favorecimento, que justificasse a suspensão das nomeações.

A dispensa de licitação foi justificada pela Administração e, conforme se verifica do processo administrativo, o Instituto preencheu os requisitos legais para tanto.

Foram chamadas diversas instituições de renome, que não se interessaram


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ou não puderam participar no prazo necessário, tendo havido a devida justificativa, com base no interesse público, pois o instituto apresentou a melhor proposta para o Município, que não despendeu nenhum recurso para a realização do certame, que foi custeado pelas taxas de inscrição pagas pelos candidatos.

Além disso, o contratado se enquadrava no modelo de contratação por dispensa de licitação

Por outro lado, o fato de os servidores Benedito e Aline terem feito parte da Comissão de Licitação por um determinado período não é suficiente para demonstrar que tenham tido acesso à prova, sendo que, quando da publicação do edital dela não faziam mais parte, pois foram excluídos, por meio da edição das portarias números 704 e 794.

Os documentos de fls. 466/477 evidenciam que o Instituto possui rigoroso sistema de segurança, para garantir a inviolabilidade do conteúdo das provas.

Ademais, pelo que foi informado (fls. 419/421), nenhum dos candidatos têm relação de parentesco, impeditiva, com membros da Comissão de Concurso e o servidor Benedito não teria participado de nenhuma reunião da Comissão.

Também não há qualquer indício de que ele tivesse algum relacionamento com algum membro do Instituto, sendo que a Comissão de Concurso não participou da escolha da empresa que iria elaborar a prova, nem da elaboração das provas.

Não se justifica, assim, a suspensão da nomeação de Benedito, apenas com base em denúncia anônima.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido, sem condenação em ônus da sucumbência, pois não se vislumbra má-fé no ajuizamento da ação.

P I

São Carlos, 28 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**